

AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS DOS MUNICÍPIOS MEMBROS DA BACIA DO VALE DO ITAJAÍ

Por Gustavo Costa Lima - UFPB
Gust3lima@uol.com.br
Em 15/05/2010

Introdução

O recente evento “Diálogos de Sustentabilidade da Bacia do Itajaí” e III Encontro da REABRI – Rede de Educação Ambiental da Bacia do Rio Itajaí, realizado entre os dias 12 e 14 de maio de 2010, próximo passado, foi concluído com uma mesa de avaliação sobre as experiências de sustentabilidade municipais relatadas por seus representantes. O evento foi promovido numa ação conjunta entre o Comitê do Itajaí, a Rede de Educação Ambiental do Rio Itajaí – REABRI, o Coletivo Educador da Bacia do Itajaí, o Projeto PIAVA, além de professores e alunos de graduação e pós-graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. A organização do evento teve o cuidado de planejar o registro desses depoimentos, através de um grupo de observadores que trabalharam com base em critérios pré-definidos que procuraram identificar: as experiências realizadas pelos municípios promotoras de sustentabilidade socioambiental; os avanços conquistados e os desafios ainda remanescentes; a articulação entre secretarias e instituições parceiras no município; a perspectiva de continuidade das ações; o comprometimento do órgão público municipal; o comprometimento das instituições públicas regionais, estaduais e federais; o engajamento da sociedade civil na gestão pública municipal e as perspectivas quanto a implementação do plano de bacia, recentemente aprovado pelo Comitê do Itajaí, e às metas definidas para os municípios.

A mesa foi composta pela Prof^a Lúcia Sevegnani da FURB, pela Sra. Suzana Beatriz Cunha, e pelo Prof. Gustavo Costa Lima da UFPB, que participou na condição de observador externo.

O objetivo do presente texto é sistematizar e problematizar algumas das conclusões apresentadas, como uma forma de subsidiar o conhecimento e acompanhamento da experiência participativa de gestão socioambiental da bacia do Rio Itajaí, como também de planejamento das ações futuras.

Para efeito de simplificação didática dos inúmeros depoimentos feitos pelos atores municipais participantes do projeto integrado de gestão do Itajaí, organizamos os resultados em categorias que indicam: os avanços já realizados e os desafios ainda abertos para o futuro. Observamos, de antemão, que como estamos lidando com um processo de transição político-institucional e ambiental, que busca construir horizontes mais sustentáveis, alguns dos processos observados aparecem, simultaneamente, como avanços e como desafios. Ou seja, já se efetuaram mudanças sociais, institucionais e ambientais positivas em relação ao cenário antes existente, mas ainda se observam lacunas e problemas em relação aos cenários de sustentabilidade política, institucional e ambiental desejados pela maioria da comunidade.

1. Os avanços realizados

1.1. Melhoria da organização e planejamento das ações municipais

Alguns depoimentos registraram avanços nos processos de organização e planejamento das ações municipais em relação ao que existia antes. Observa-se, igualmente, o surgimento, ainda que incipiente, da necessidade de levar em conta a multidimensionalidade das ações ao planejar e implementar a gestão socioambiental. A multidimensionalidade é uma noção inovadora, derivada do pensamento da complexidade e da sustentabilidade, que constata a interdependência e indissociabilidade das diversas dimensões da realidade socioambiental. Isto é, todas as ações se refletem e produzem conseqüências mútuas, umas sobre as outras. Buarque (2002), refletindo sobre o desenvolvimento local sustentável, faz exercícios interessantes sobre as interrelações entre as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade, para mostrar que, como essa interação tríplice produz necessariamente tensões e conflitos entre si, precisa da intervenção próxima, participativa e democrática do estado e, sobretudo, da sociedade civil.

1.2. Esforços de integração entre as secretarias e órgãos municipais

Foram registrados iniciativas de diálogo e cooperação entre secretarias e órgãos públicos, direta ou indiretamente, envolvidos com a gestão ambiental. Novamente, esses esforços são insuficientes, dado que a articulação institucional, tanto entre órgãos da mesma municipalidade, quanto entre órgãos dos diferentes níveis de governo, é um dos requisitos fundamentais para o sucesso de políticas de gestão ambiental.

1.3. Maior diversidade de ações

Aqui os depoentes se referem ao surgimento de um processo de diversificação das ações municipais ligadas à gestão socioambiental. Ao longo do encontro ficou patente que as ações de educação ambiental ou dela derivadas são as que predominam no conjunto, mas já começam a despontar outras iniciativas como a organização de conselhos municipais, os projetos de recuperação de matas ciliares e a aprovação de novas normas e leis ambientais, entre outros.

1.4. Fortalecimento institucional

O fortalecimento institucional está diretamente ligado ao item anterior e remete a ocorrência da aprovação de novos projetos, programas, leis e políticas municipais de meio ambiente e de educação ambiental.

1.5. Expansão da educação ambiental comunitária

A educação ambiental tem, basicamente, duas grandes esferas de ação e reflexão. A primeira é uma esfera educativa propriamente dita, mas ligada com a educação formal e escolar, que se dedica aos processos de formação e produção de conhecimento, através de processos de ensino e aprendizagem. Nela se produzem conhecimentos socioambientais, se problematizam questões éticas, políticas,

epistemológicas e se estimulam o aprendizado de atitudes e comportamentos críticos, cidadãos, de cuidado com a comunidade e com o meio ambiente envolvente. A outra esfera de ação se refere à articulação comunitária. Neste caso, a educação ultrapassa os processos formais e os muros da escola para dialogar com a comunidade e com o mundo ao seu redor. Ela se articula com a família, com a comunidade, com os poderes públicos, com os movimentos sociais e com o setor privado, para conhecer e discutir os problemas socioambientais locais, para entender suas causas e procurar contribuir em sua superação. Aqui, o conhecimento se associa a outras habilidades comunicativas do diálogo, da participação e do convencimento para produzir pesquisas, campanhas e subsídios às políticas públicas. O que esse item, portanto, se refere é ao crescimento dessa educação ambiental comunitária que extrapola o plano da mera sensibilização se dirigindo à ação e à participação nos problemas locais e comunitários.

2. Desafios futuros

2.1. Criar e consolidar órgãos ambientais

Esse ponto faz referência à necessidade sentida de criar e/ou consolidar uma estrutura de órgãos ambientais nos municípios. Embora os municípios maiores já tenham um conjunto de órgãos ambientais constituídos outros ainda não tem, ou tem a categoria meio ambiente funcionando como um apêndice de outras secretarias de turismo, agricultura, planejamento e/ou de trânsito, entre outras. Esse tipo de associação institucional muitas vezes resulta em pastas com objetivos e atribuições conflitantes entre si.

2.2. Promover a articulação institucional

Se o primeiro objetivo é criar e consolidar uma estrutura coerente de órgãos ambientais nos municípios, o passo seguinte é promover sua articulação institucional, tanto no sentido transversal, entre órgãos da mesma municipalidade, quanto em relação aos demais níveis de governo estadual e federal. Incluo aqui outro problema mencionado, relativo à articulação institucional, qual seja, o diálogo entre os diversos atores que compõe o plano de bacia, como é o caso, dos técnicos, dos gestores públicos, dos educadores e usuários de água.

2.3. Resistência de certos setores sociais

Alguns depoimentos se referiram à resistências existentes e potenciais ao plano de bacia do Itajaí. Embora o tema não tenha sido aprofundado, ele sugeriu, principalmente, a resistência de setores da iniciativa privada, baseados em receios de que a regulação dos recursos hídricos possa limitar ou, eventualmente elevar os custos, das atividades produtivas privadas.

2.4. Formação e capacitação de corpo técnico especializado

Reconhece-se a carência de especialistas técnicos em gestão e educação ambiental, em recursos hídricos, ecologia, engenharia ambiental, gestão de riscos e defesa civil nos diversos municípios. No

caso, a referência é tanto para a contratação pelas prefeituras de novos quadros técnicos quanto para a capacitação dos já existentes.

2.5. Dotação orçamentária

Uma questão estrutural discutida diz respeito à destinação de verbas no orçamento municipal, nos planos plurianuais das municipalidades, através da transferência de verbas estaduais, federais, provenientes de parcerias público-privadas ou de fundos com tais finalidades. Essa é uma questão primária que precisa ser equacionada para permitir a realização das ações e metas formuladas no plano de bacia.

2.6. Participação e reivindicação da sociedade em relação aos órgãos públicos

As questões ambientais, por se constituírem como problemas que afetam a qualidade de vida de todos os indivíduos e por ameaçarem a própria sobrevivência humana – também de outras espécies – se convertem em questões eminentemente públicas e políticas. A história política ocidental tem mostrado que a democracia representativa, onde a participação cidadã se reduz ao voto, é incapaz de atender toda a demanda reivindicativa que emana da sociedade. Essa crise da democracia representativa, grandemente influenciada pelo ressurgimento da idéia de sociedade civil e pela ação dos novos movimentos sociais, colocou em pauta o problema da participação e de novas formas de fazer política que considerem a participação do público no debate, elaboração e direcionamento das políticas públicas. Nesse contexto, fica cada vez mais evidente que o bloco sistêmico composto pela ação governamental e empresarial (HABERMAS, 1981) só pode ser acessado e redirecionado pela pressão organizada da sociedade civil. Ou seja, em política e em políticas públicas os avanços não são concedidos espontaneamente, mas conquistados pela reivindicação coordenada dos diversos grupos sociais. O caso da bacia do Itajaí não é diferente, e isso está presente na fala dos educadores, dos usuários, dos técnicos e dos próprios gestores políticos. É preciso que a comunidade se organize, identifique suas necessidades, formule suas reivindicações e as apresente aos órgãos e instâncias que conduzem a gestão governamental. Conforme bem lembrou a pesquisadora Regina Greco, a população do Vale do Itajaí, como de qualquer bacia hidrográfica, pode e deve explorar melhor seu capital político, até mesmo em seu sentido eleitoral. Estão concentrados naquele território milhares de votos de cidadãos que vivem problemas concretos que dependem da intervenção governamental. Então, esse potencial precisa ser melhor explorado a favor dessas demandas coletivas.

2.7. O uso dos meios de comunicação

Ao longo dos debates realizados no Encontro, ficou evidente que os meios de comunicação são recursos valiosos ainda pouco utilizados na difusão dos problemas socioambientais locais e na construção do comitê e do plano de bacia que buscam sua superação. Cabe, pois, maior atenção a essa oportunidade aberta, tanto para divulgar os problemas e propostas discutidos e sugeridos, quanto para atrair novos aliados a essa causa comum que, na verdade, impacta a vida de todos que vivem na região.

3. À GUIA DE CONCLUSÃO

Naturalmente o problema discutido acima é um problema inconcluso, inacabado e aberto à construção. Como bem disse a Prof^a Lucia Sevegnani na mesa de avaliação, ficou claro que um grande movimento coletivo foi acionado. A presença e a participação dos diversos representantes e atores sociais da bacia e os primeiros resultados das ações empreendidas, são sinais inequívocos do reconhecimento de um problema comum e da necessidade de intervir, democrática e coletivamente sobre ele. Outros fatores mais subjetivos como: mudanças na motivação, descoberta de um sentido de pertencimento comunitário e conscientização sobre o potencial político de participar na gestão dos problemas públicos também são perceptíveis, embora mais difíceis de constatar empiricamente. Todavia, uma leitura mais atenta dos depoimentos e de suas entrelinhas pode revelar esses processos. Como observador externo, me arrisco a dizer que, a sensação é de um resgate lento e gradual do espírito público, comunitário e de solidariedade, tão castigado nas últimas décadas pela ideologia e pelas práticas neoliberais, pautadas no privatismo, no individualismo e na competitividade. Um espírito público e comunitário que me parece estar inscrito na história do Vale do Itajaí e, que, ainda hoje, percebo mais forte do que em outras regiões do país que conheço melhor. Contudo, como esse processo ainda está em seu nascedouro e como os desafios da implementação do plano de bacia se colocam para o futuro próximo, ainda restam muitos problemas a responder, conforme listamos ao longo do texto. São desafios que provocam a criatividade, o senso de cooperação e de solidariedade da comunidade do vale e de todos que participam e lideram o processo de gestão ambiental participativa do Vale do Itajaí. Considero, enfim, que esses desafios podem ser plenamente superados se colocarem no centro das discussões e das ações valores e critérios éticos e políticos que permitam priorizar o sentido público sobre o privado e a democracia participativa e o diálogo sobre o autoritarismo.

Bibliografia

BUARQUE, Sérgio. Construindo o desenvolvimento local sustentável. RJ: Garamond, 2002.
HABERMAS, Jürgen. The theory of communicative action. Boston: Beacon Press, 1981. v. 1..